

Reflexões sobre  
**a filosofia**  
e seu ensino

Marcelo Máximo Purificação  
Keffn Karine Arantes Andrade  
Marcos Gomes Camilo  
(Organizadores)

Reflexões sobre  
**a filosofia**  
e seu ensino

Marcelo Máximo Purificação  
Keffn Karine Arantes Andrade  
Marcos Gomes Camilo  
(Organizadores)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Reflexões sobre a filosofia e seu ensino

**Diagramação:** Daphynny Pamplona  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Marcelo Máximo Purificação  
Keffn Karine Arantes Andrade  
Marcos Gomes Camilo

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R332 Reflexões sobre a filosofia e seu ensino / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Keffn Karine Arantes Andrade, Marcos Gomes Camilo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-547-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.478212709>

1. Filosofia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Andrade, Keffn Karine Arantes (Organizador). III. Camilo, Marcos Gomes. IV. Título. CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Caros leitores, saudação.

Um dos radicais que marca a reflexão filosófica é o movimento com que gira o pensamento. Esse movimento reflexivo amplia a relação de diálogo com diversas outras áreas do conhecimento. No ensinar, acompanha criticamente as atividades e oportunidades de geração de conhecimento. No aluno, a reflexão filosófica pode garantir o desenvolvimento do pensamento independente. Este e-book intitulado “Reflexões sobre filosofia e seu ensino” encontra-se estruturado em 4 capítulos temáticos desenvolvidos por pesquisadores da UERJ, UFCG, FFPB e colaboradores. O primeiro capítulo, fundamenta-se no interesse do marxismo althusseriano – especialmente em sua extensão na filosofia da linguagem, operada por Michel Pêcheux –. O segundo capítulo, apresenta o uso das categorias teóricas construídas por Foucault e aprimoradas por foucaultianos como instrumento de análise dos discursos pedagógicos enquanto instrumentos de subjetivação e estetização. O terceiro capítulo, objetivou a discussão de temas extraídos da saga Harry Potter, que mixam fantasia e mistério onde as narrativas estão permeadas por vários problemas sociais: preconceitos, problemas étnicos, disputa de poder, status social, igualdade, tolerância e liberdade. O quarto capítulo, trata-se de debater os caminhos e os resultados de uma proposta de curso que subverte a hegemonia do pensamento ocidental no currículo de filosofia para dialogar com outras vozes, corpos e experiências significativas para a filosofia da educação. Uma obra com um aparato rico em discussões que muito podem contribuir com a reflexões filosófica e seu ensino. Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Keffn Karine Arantes Andrade  
Marcos Gomes Camilo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CONSTITUINDO UM ESPAÇO DE RELAÇÃO ENTRE O INSTITUCIONALISMO E O MARXISMO ALTHUSSERIANO	
Estêvão de Carvalho Freixo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127091">https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127091</a>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>20</b>
EDUCAÇÃO, SUBJETIVAÇÃO E ESTETIZAÇÃO	
José Nilton Conserva de Arruda	
Marianne Sousa Barbosa	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127092">https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127092</a>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
HARRY POTTER E A FILOSOFIA	
Antunes Ferreira da Silva	
Luana Alves da Cunha	
Aldenilo Alves Correia	
Mayra Martins de Almeida	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127093">https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127093</a>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>46</b>
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO MUNDO (EXTRA-)OCIDENTAL: NOTAS DE UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL NO ENSINO SUPERIOR	
Diego dos Santos Reis	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127094">https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127094</a>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>57</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>59</b>

# CAPÍTULO 1

## CONSTITUINDO UM ESPAÇO DE RELAÇÃO ENTRE O INSTITUCIONALISMO E O MARXISMO ALTHUSSERIANO

Data de aceite: 24/09/2021

Data de submissão: 31/07/2021

**Estêvão de Carvalho Freixo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - RJ

<https://orcid.org/0000-0002-2910-0836>

**RESUMO:** Desde a configuração inicial do movimento institucionalista na França da década de 1960, o campo da análise institucional tem dirigido sua atenção aos processos de autoanálise e autogestão nas comunidades, nos coletivos, nos conjuntos de pessoas (BAREMBLITT, 1992, p. 14). Para se realizar uma análise da instituição, entretanto, tem-se considerado como essencial a condução de uma *análise de implicação*, que diz respeito ao exame das relações que os indivíduos desenvolvem e mantêm com a instituição (MONCEAU, 2008, p. 21). Leva-se em conta, nesse sentido, que cada indivíduo é, por assim dizer, “tomado” pela instituição, o que significa que o efeito da normatividade institucional sobre os membros da comunidade se dá, pelo menos em parte, por uma relação de assujeitamento constituída em nível inconsciente. No presente trabalho, exploramos o interesse do marxismo althusseriano – especialmente em sua extensão na filosofia da linguagem, operada por Michel Pêcheux –, para a investigação do mecanismo de assujeitamento por meio do qual se constitui a relação existente entre indivíduo e instituição. Dado o caráter

teórico da investigação, conduzimos nossa reflexão mediante a confrontação de alguns textos fundacionais e de uso indispensável para a problemática que aqui tematizamos. Em nosso percurso, identificamos a possibilidade de uma contribuição dos estudos althusserianos para o institucionalismo na equivalência que estabelecem entre as instituições e os Aparelhos de Estado. A partir daí, localizamos uma possível convergência entre os referidos campos relativa ao efeito de subjetividade que as instituições exercem sobre os que têm sua atividade por elas regulada.

**PALAVRAS-CHAVE:** institucionalismo, análise institucional, marxismo, althusser, psicanálise.

### CONCEIVING A SPACE OF RELATIONSHIP BETWEEN INSTITUTIONALISM AND ALTHUSSERIAN MARXISM

**ABSTRACT:** Since the early configuration of the institutionalist movement in France during the 1960s, the field of institutional analysis has focused its attention on processes of self-analysis and self-management in communities, collectives, groups of people. To carry out an analysis of the institution, however, it has been considered essential to conduct an *implication analysis*, which concerns the examination of the relationships between individuals and institution. In this sense, it is considered that each individual is, so to speak, “taken” by the institution, which means the effect of institutional normativity on members of the community is given, at least in part, by a relationship of subjection constituted on an unconscious level. In the present work,

we explore the interest of althusserian marxism – especially in its extension in philosophy of language, operated by Michel Pêcheux – towards the investigation of the mechanism of subjection from which the relationship between the individual and the institution is shaped. Given the theoretical nature of our investigation, this work was conducted based on the confrontation of some foundational texts regarding our subject matter. As a result, we have identified the possibility of a contribution of althusserian studies to institutionalism related to the correspondence they establish between institutions and *State Apparatuses*. From there, we pointed out a possible convergence between these fields concerning the effect of subjectivity exerted by institutions on those whose activities are regulated by them.

**KEYWORDS:** institutionalism, institutional analysis, marxism, althusser, psychoanalysis.

## 1 | INTRODUÇÃO

Desde a configuração inicial do movimento institucionalista na França da década de 1960, o campo da análise institucional tem dirigido sua atenção aos processos de autoanálise e autogestão nas comunidades, nos coletivos, nos conjuntos de pessoas (BAREMBLITT, 1992, p. 14). Para se realizar uma análise da instituição, entretanto, tem-se considerado como essencial a condução de uma *análise de implicação*, que diz respeito ao exame das relações que os indivíduos desenvolvem e mantêm com a instituição (MONCEAU, 2008, p. 21). Leva-se em conta, nesse sentido, que cada indivíduo é, por assim dizer, “tomado” pela instituição, o que significa que o efeito da normatividade institucional sobre os membros da comunidade se dá, pelo menos em parte, por uma relação de assujeitamento constituída em nível inconsciente.

Para avançar no exame desse processo mediante o qual a instituição impõe seu funcionamento a um coletivo que é por ela regulado, gostaríamos de evocar, neste trabalho, a contribuição que o marxismo althusseriano oferece para uma articulação entre os conceitos de ideologia e de inconsciente, notadamente em sua proposição de um processo de interpelação por meio do qual cada indivíduo vem a se tornar sujeito ideológico.

Em que pese as tensões que se impõem a uma articulação teórica entre a análise institucional e os estudos marxistas, deve-se sublinhar a importância que as questões pertinentes ao campo marxista tiveram na conformação do movimento institucionalista, cujos primeiros esforços foram dirigidos à construção de instrumentos de desalienação dos diferentes grupos ligados às atividades desenvolvidas no hospital psiquiátrico (GUATTARI, 1976).

Buscando, pois, apoio na abordagem althusseriana, realizaremos aqui a tentativa de uma aproximação entre as noções de instituição e de Aparelho Ideológico de Estado (AIE) – este sugerido por Althusser a propósito das práticas ideológicas existentes nas formações sociais –, a fim de avançar no exame do processo de interpelação ideológica por meio do qual a relação entre indivíduo e instituição vem a se constituir.

Na medida em que o mecanismo da interpelação se dá de modo a permanecer sob o desconhecimento dos indivíduos interpelados, desejamos aqui refletir sobre as etapas por

meio das quais tal procedimento inconsciente é levado a cabo. Nessa direção, gostaríamos de aproveitar a distinção operada por Mara Glozman (2020) entre as regiões designadas pela autora como *instância de formação* e *instância de formulação*, para, introduzindo-a no espaço de tensão entre o institucionalismo e o marxismo althusseriano, considerar o caminho pelo qual “o sujeito se constitui (...) pelo esquecimento daquilo que o determina” (GLOZMAN, 2020, p. 126, tradução nossa).

Sendo assim, e para melhor precisarmos nosso objetivo com este trabalho, anunciamos que a nossa pretensão é a de explorar o interesse do marxismo althusseriano – especialmente em sua extensão na filosofia da linguagem, operada por Michel Pêcheux –, para a investigação do mecanismo de assujeitamento por meio do qual se constitui a relação existente entre o indivíduo e a instituição.

Para arrematar a empresa com a qual aqui nos comprometemos, será ainda necessário que nos ocupemos em detalhe de (i) articular um caminho de conciliação entre o sociologismo institucionalista e o marxismo althusseriano no contexto maior das relações que ambas as correntes mantêm com a psicanálise; (ii) situar a noção de discurso como dimensão de análise dos mecanismos inconscientes e ideológicos; (iii) introduzir o esquema de Mara Goltzman com o qual se articulam as chamadas instância de formação e instância de formulação, para, desde aí, recolocar o problema do assujeitamento que é constitutivo da relação entre indivíduo e instituição.

Dado o caráter teórico de nossa investigação, desenvolveremos a reflexão pertinente a este trabalho mediante a confrontação de alguns textos fundacionais e de uso indispensável para a problemática que aqui tematizamos. Nesse sentido, serão articulados materiais provenientes dos domínios da psicanálise, da análise institucional e da teoria discursiva de base althusseriana. A fim de que nos seja possível situar a discussão no estado em que ela atualmente se encontra, faremos uso ainda de contribuições teóricas mais recentes, especialmente envolvidas com o trabalho de Althusser e com os desdobramentos que o filósofo e linguista Michel Pêcheux lhe acrescenta.

## **2 | FREUD, MARX E O INSTITUCIONALISMO**

René Lourau (1996), que ao lado de Georges Lapassade e Félix Guattari contribuiu com a fundação da análise institucional enquanto campo investigativo e prática de intervenção, nos indica que a escola francesa de sociologia fez da instituição um fenômeno de interesse científico, especialmente pelas mãos de Émile Durkheim, que a introduziu como o objeto de estudo da ciência sociológica. O lugar e a importância da instituição nessa disciplina traduz-se particularmente no fato de que “O estatuto teórico da sociologia liga-se (...), ao menos em parte, às vicissitudes do conceito de instituição” (LOURAU, 1996, p. 95).

Todavia, o problema particular da produção das instituições e da possibilidade de

se intervir em seu processo institucionalizante só se constituirá com a emergência da psicoterapia institucional na França, quando “intelectuais surrealistas, médicos fortemente influenciados pelo freudismo, militantes marxistas” (GUATTARI, 1976, p. 56, tradução nossa) se reuniram no Hospital Psiquiátrico Saint-Alban, em Lozère, para organizar um novo modo de acesso à enfermidade mental. A perspectiva militante que aí se formava se sustentava na compreensão de que “não se pode pensar em uma cura psicoterapêutica para os enfermos graves sem tomar em conta a análise da instituição” (GUATTARI, 1976, p. 57, tradução nossa).

Para atualizar a possibilidade dessa cooperação entre a psicanálise e as correntes marxistas em torno da noção de instituição, examinaremos, nesta seção, a existência de alguns pontos de contato por meio dos quais essas orientações teóricas parecem poder ser aproximadas. Inicialmente, estabeleceremos certos níveis nos quais a psicanálise se articula com o institucionalismo e com o campo marxista, para, posteriormente, enfrentarmos o problema das tensões que se colocam entre o institucionalismo e o marxismo.

Sobre a psicanálise, deve-se preliminarmente dizer que há um subconjunto dos escritos freudianos que, pelo teor de sua reflexão, ultrapassam os problemas da clínica e vão ao encontro dos temas emergentes nas disciplinas interessadas por questões que são pertinentes ao conjunto da sociedade. Entre esses, estão, por exemplo, *O Futuro de uma ilusão*, *Tótem e tabu*, *Psicologia das massas e análise do eu*, *O mal-estar na civilização*, *Moisés e o monoteísmo*, e outros mais.

Na obra *O Futuro de uma ilusão*, cuja reflexão é dirigida ao problema da religião e seu lugar na sociedade enquanto patrimônio cultural, a noção de cultura é logo introduzida, sendo aí caracterizada pelo fato de abranger

por um lado, todo o saber e toda a capacidade adquiridos pelo homem com o fim de dominar as forças da natureza e obter seus bens para a satisfação das necessidades humanas e, por outro, todas as instituições [*Einrichtungen*] necessárias para regular as relações dos homens entre si e, em especial, a divisão dos bens acessíveis. (FREUD, 2010, p. I - 3/9).

A instituição é aí apresentada como um dos aspectos por meio dos quais a cultura oferece solução ao problema da satisfação das necessidades humanas no quadro maior da organização social. De outro ângulo, a definição de instituição que incidentalmente se introduz no texto guarda considerável proximidade com a compreensão geral que circula entre as doutrinas institucionalistas. Para ficarmos em apenas um exemplo, Gregorio Barenblitt assim as descreve em seu *Compêndio de análise institucional*:

[as instituições] Significam a regulação de uma atividade humana, caracterizam uma atividade humana e se pronunciam valorativamente com respeito a ela, clarificando o que deve ser, o que está prescrito e o que não deve ser, isto é, o que está proscrito (...). (BAREMBLITT, 1992, p. 27-28).

Como se vê, tanto na psicanálise freudiana quanto no quadro geral da análise

institucional, o conceito de instituição refere a um conjunto de normas reguladoras que, organizadas pelo desenvolvimento e pelo trabalho da cultura, atuam sobre os membros da coletividade, de modo a lhes impor certas possibilidades e proibições com as quais sua atuação no corpo social passa a estar orientada em benefício de um projeto comum – ou, o que é mais preciso, em benefício de um projeto instaurado e defendido pela parte da comunidade que, por razões históricas, tomou a frente no processo de condução da vida comunitária.

No que diz respeito ao conflito entre grupos que, na sociedade, disputam pela direção da vida comum, a reflexão freudiana parece também se aproximar de uma concepção de formação social forjada no seio do materialismo histórico. Em ambos os casos, as condições de vida material numa sociedade respondem pela satisfação das necessidades humanas, o que, no registro histórico, implica tanto a fruição de bens necessários à sobrevivência quanto a configuração de um tipo de relação humana na qual um indivíduo é por outro reduzido à condição de um bem, por ter sua capacidade de produção explorada. Da parte da psicanálise, esse entendimento aparece inscrito na presunção de que “as relações mútuas entre os homens são profundamente influenciadas pela medida de satisfação dos impulsos possibilitada pelos bens existentes” (FREUD, 2010, p. I - 3/9), e, complementarmente, no argumento de que “o próprio indivíduo pode se relacionar com outro na condição de um bem, na medida em que este utiliza a força de trabalho do primeiro ou o toma como objeto sexual” (FREUD, 2010, p. I, 3/9). No pensamento marxista, os argumentos são mais conhecidos, e podem ser resumidamente situados nos fragmentos seguintes:

(...) para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material (...). (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. (MARX; ENGELS, 2007, p. 36-37).

A essa convergência, segue-se ainda uma compreensão comum a ambas as visões de que a sociedade se organiza segundo uma distribuição desigual de bens e atividades. Ao menos pode-se assim supor, ante a assunção da existência de um jogo de dominação entre os grupos que disputam pela direção da vida comum, seja quando se sustenta que “A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40), seja quando se admite que “a cultura é algo imposto a uma maioria recalcitrante por uma minoria que soube se apropriar dos meios de poder e de coerção” (FREUD, 2010, p. I, 4/9). Com efeito, o problema da desigualdade é apresentado com todas as letras na teoria econômica de Marx e Engels, visto admitirem que, “Com a divisão do trabalho, (...) estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus

produtos (...)” (MARX; ENGELS, 2010, p. 36).

### 3 I ENTRE O INSTITUCIONALISMO E O MARXISMO ALTHUSSERIANO

Havendo traçado essas primeiras linhas, que nos permitem circunscrever certos níveis de aproximação da psicanálise com o movimento institucionalista e com o campo marxista, vejamos agora a dificuldade que se interpõe para uma cooperação entre o marxismo e o institucionalismo precisamente no nível da reflexão sobre as instituições.

De fato, o movimento institucionalista deve à teoria e à militância marxista algumas das premissas orientadoras de seu ideário e de sua prática interventiva, especialmente no que diz respeito à ideologização da vida comunitária, haja vista a suposição de que os coletivos têm suas necessidades artificialmente produzidas por especialistas que, no contexto da sociedade industrial, trabalham em favor do interesse das classes sociais dominantes (BAREMBLITT, 1992).

Um obstáculo muito preciso se interpõe, todavia, à reflexão em torno do conceito de instituição. No caso marxista, havendo sido concedido à noção de instituição seu sentido mais jurídico, perde-se substancialmente a qualidade do seu nível simbólico para, em lugar disso, se operar uma reificação do conceito, como nos explica Cardan (1965 *apud* LOURAU, 1996, p. 88 ) em seu artigo *Marxisme et théorie révolutionnaire*. Admite o autor, entretanto, que

A instituição não está necessariamente no lugar em que se manifesta declarada ou juridicamente, mas está sempre onde as relações de produção são “instituídas” de maneira aparentemente necessária, natural e eterna. (CARDIN, 1965 *apud* LOURAU, 1996, p. 88 ).

Uma outra forma de colocar o problema da instituição na teoria marxista – entendimento mais corrente, segundo Lourau (1996) – é tê-la como simples efeito do modo de produção. Enquanto as relações de produção determinam a maneira como a formação social se configura, tudo o mais, as instituições inclusive, é relegado ao plano da superestruturas, existindo, assim, como elemento secundário, determinado pela infraestrutura econômica. Por essa razão, e por uma questão de prioridade, talvez, “o marxismo não aprofundou sua teoria das instituições, preferindo assimilar o problema proposto por elas a todo momento ‘à grande questão filosófica’ do papel das superestruturas” (LOURAU, 1996, p. 70). A esse respeito, Lourau acrescenta que

(...) estas questões designam um problema que é o das relações entre a teoria marxista e o sociologismo. Se a luta contra o economismo permite compreender o interesse que o marxismo manifesta pelas instituições, a crítica do sociologismo permite compreender os limites desse interesse. (LOURAU, 1996, p. 70).

Para ultrapassar esse impasse, Cardin aborda o conceito de instituição sob o ângulo marxista numa tentativa de reconstituir o vínculo existente entre as relações de produção

e as instituições. Em seu trabalho, realiza uma aproximação entre ambas as realidades ao admitir que

O estado das forças produtivas é sem dúvida um determinante essencial do sistema institucional, porque a relação do homem com a natureza determina sempre as relações que os homens estabelecem entre si. Estes dois tipos de relações compõem o que Marx chama de processo de trabalho. Este último determina a divisão do trabalho, a qual é sempre social antes de ser técnica. E a instituição aparece como um arranjo, provisório ou duradouro, das categorias sociais em função da divisão do trabalho. (CARDIN, 1965 *apud* LOURAU, 1996, p. 90).

Esse ponto de vista é ainda mais objetivado por Lourau, que demonstra a inseparabilidade entre uma coisa e outra, ao indicar o caráter institucional da divisão do trabalho: “a separação entre os que comandam e os que executam nada tem de um estado de natureza. É uma instituição, que permite manter a dissimetria das relações de produção” (LOURAU, 1996, p. 91).

Para, então, avançar nesse raciocínio, de modo a melhor ajustar o instrumental teórico marxista ao quadro institucionalista, gostaríamos de propor um ponto de ressonância entre ambos os lados que parece poder instaurar entre eles um espaço de cooperação.

Dado que as normas instituídas na sociedade “não se encarnam diretamente nos indivíduos, mas passam pela mediação de formas sociais singulares, de modos de organização mais ou menos adaptados” (LOURAU, 1996, p. 10), parece razoável buscar no campo marxista um equivalente da instituição e de seu funcionamento no que foi por Louis Althusser (1980) apresentado como certas instâncias intermediadoras da relação dos indivíduos com o Estado que atuam na reprodução das condições de produção em cada formação social – o que significa dizer que, por meio delas, são reproduzidas as forças produtivas e as relações de produção existentes numa dada realidade sociopolítica.

A esse respeito, Louis Althusser acrescenta à teoria marxista-leninista do Estado, que o apresenta como “força de execução e de intervenção repressiva, ‘ao serviço das classes dominantes’” (ALTHUSSER, 1980, p. 32), uma distinção entre o que seria o poder de Estado, que permanece em cada formação social nas mãos de uma dada classe, e o Aparelho de Estado, cuja finalidade é a de garantir a reprodução das condições de produção. No que toca ao Aparelho de Estado, este é dividido pelo autor em dois corpos: o corpo das instituições que integram o Aparelho repressivo de Estado, o que inclui a polícia, os tribunais, as prisões, o exército, o governo, etc. – práticas que funcionam prevalentemente com o uso da força –, e o corpo das instituições que constituem os Aparelhos Ideológicos de Estado, como a escola, a família, o sistema político, a imprensa, a arte, etc., cujo funcionamento se dá essencialmente pela ideologia (ALTHUSSER, 1980, p. 51).

Nos dois casos, estamos diante de sistemas que asseguram a ordem social instituída, isto é, conjuntos de prescrições e proibições destinados a regular as atividades e as relações humanas existentes em uma sociedade. Todavia, como a atuação das instituições se dá na

forma de uma rede de relações de poder que, instituindo regimes de verdade, atravessam os níveis dos grupos e das organizações como uma espécie de inconsciente político (PAULON, 2005), gostaríamos de sublinhar a semelhança que ostentam em relação ao conjunto dos Aparelhos Ideológicos de Estado, ante o efeito-inconsciente que aí também se põe em ação pelo funcionamento da ideologia – ou, melhor, em relação à face ideológica dos Aparelhos de Estado, já que, tanto nos aparelhos repressores como nos ideológicos, a ideologia é atuante, embora esteja mais presente nos últimos.

Essa é uma correspondência que tem sido retomada inclusive em trabalhos mais recentes, como o de Motta e Serra, recuperado no seguinte excerto: “[A ideologia] não existe no ‘mundo das ideias’, concebido como ‘mundo espiritual’, mas em instituições e nas práticas próprias dessas mesmas instituições. A ideologia existe em aparelhos e nas práticas próprias desses mesmos aparelhos” (MOTTA; SERRA, 2014 apud DE FARIAS, 2019, n.p). Quando, no fragmento reproduzido, se justapõem as afirmações de que a ideologia existe em instituições e nas práticas dessas instituições e em aparelhos e nas práticas desses aparelhos, mostra-se que os conceitos são intercambiáveis, fazendo coincidir aparelhos e instituições.

De outra parte, o segmento situa a ideologia no nível das práticas, da regularidades de conduta que as instituições (ou os aparelhos) impõe aos que são por elas afetados. No que diz respeito ao afastamento da ideologia em relação ao “mundo das ideias”, porém, seremos aqui mais cautelosos, já que a perspectiva materialista na qual se sustenta a obra de Marx e Engels é, de algum modo, recolocada no trabalho de Althusser, quando, a propósito de um indivíduo qualquer, o autor sustenta que “a existência das ideias e da sua crença é material, porque as suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as ideias desse sujeito” (ALTHUSSER, 1980, p. 88-89).

Em resumo, queremos aqui sugerir que a aproximação entre as noções de instituição e Aparelho de Estado nos oferece a possibilidade de investir em um trabalho de cooperação entre o sociologismo institucionalista e o marxismo althusseriano – restando, é certo, o desafio de se operar um ajuste epistemológico, dado que a abordagem althusseriana traz a reboque o pano de fundo do materialismo histórico, que necessitaria ser conciliado com a orientação sociológica de investigação. Essa articulação não é, todavia, inteiramente atípica, dado que, como antes dissemos, a reflexão marxista foi, junto a outras correntes, um elemento integrante do movimento que resultou na instauração do institucionalismo.

Finalmente, acrescentamos, com apoio em Althusser, que o funcionamento das instituições está objetivado no nível das práticas e dos rituais com os quais a instituição regula a atividade humana. Nessa faixa, em que a atuação institucional se dá de forma positivada, introduziremos o discurso como elemento privilegiado de análise da articulação entre as dimensões inconsciente e ideológica. É o que nos propomos a desenvolver na seção seguinte.

## 4 | O INCONSCIENTE IDEOLÓGICO E O DISCURSO COMO ELEMENTO DE ANÁLISE

Um dos primeiros gestos de organização teórica do institucionalismo foi a revisão da concepção da cura individual, quando, a psicoterapia institucional deslocou sua atenção do enfermo para o contexto institucional. O psicanalista e filósofo francês Félix Guattari (1976) nos esclarece que as tentativas realizadas nesse primeiro momento implicavam um questionamento do método utilizado nas ciências humanas. Já então se admitia que

O acesso direto ao indivíduo não é possível ou se revela enganoso; pode-se crer que se fala com a criança, com o neurótico e que eles nos escutam, mas isso pode ser uma falsa aparência. Apesar das intenções do observador, surgem efeitos de sugestão. Uma psicologia da adaptação poderá obter resultados, mas de fato não pode alcançar verdadeiramente o registro do sujeito. O acesso aos desejos fundamentais implica certos rodeios, certas mediações, aí é onde introduzimos essa noção de “institucionalização”, esse problema da produção de instituições: quem produz a instituição e articula seus subconjuntos? Existe algum modo de influir nessa produção? A habitual proliferação de instituições na sociedade contemporânea desemboca em um reforçamento da alienação do indivíduo. (GUATTARI, 1976, p. 57-58, tradução nossa).

Colocava-se, assim, a necessidade de se indagar sobre processos que, muito embora sejam atualizados no sujeito, são produzidos no exterior de sua realidade individual. Processos que se formam no conjunto (ou nos subconjuntos) da ordem social, nas suas estruturas, nos seus modelos culturais, e que, com alguma autonomia, regulam as relações humanas e as práticas sociais por meio de mecanismos destinados a produzir, em cada indivíduo, um efeito de assujeitamento aos regimes institucionais.

Nessa direção, deve-se admitir que todos os indivíduos envolvidos num processo terapêutico, e mesmo as organizações no interior das quais esse processo se desenvolve, tem sua atividade regulada por aquilo que a instituição enuncia, isto é, pelos comandos que devem ser observados por aqueles a quem a instituição exerce sua tutela ou seu domínio. Diante desse quadro mais amplo, reconheceu-se na psicoterapia institucional a necessidade de se

terminar com o médico enquanto indivíduo, colega, cidadão, que se propõe ser aquele que “fala por...”, que é o “porta-voz” do sujeito que poderia ser a instituição. (...) Não é acaso também ele prisioneiro inconsciente como agente desse processo, com sua vida conjugal, sua cultura, suas opiniões, etc.? Todo o problema consiste em saber se ele pode se tornar um elemento que se articula, em uma relação de verdade, com o pessoal tratante e com todos os que vêm ao encontro do que aí se fala. Somente assim pode-se esperar reformular as diferentes instâncias, os diferentes níveis de uma cura de psicanálise, ou de uma cura de psicoterapia institucional. (GUATTARI, 1976, p. 64, tradução nossa).

Retomemos esse problema da sujeição dos indivíduos ao aparato institucional com o qual a sociedade se organiza desde o ponto de vista althusseriano. Para isso, deve-se

preliminarmente recuperar a premissa de que os Aparelhos Ideológicos de Estado servem ao propósito de reproduzir as condições de produção em uma dada formação social, o que significa reproduzir as forças produtivas e as relações de produção que a sustentam (ALTHUSSER, 1980). O espaço em que as relações de produção se realizam e se reproduzem é precisamente onde se pode examinar de perto o processo por meio do qual os indivíduos são afetados pela atividade dos Aparelhos de Estado, isto é, pela presença ativa das instituições.

Na concepção althusseriana de ideologia, a instituição, em sua atividade reprodutiva, atua sobre o indivíduo, de modo a convocá-lo coativamente a seu juízo, dando-lhe direções e o instruindo a falar. Deixando que a instituição por meio dele se pronuncie, o indivíduo com ela então se relaciona na condição de um assujeitamento ideológico. Nas palavras de Althusser, o procedimento com o qual os Aparelhos de Estado garantem continuamente a reprodução das condições de produção pode ser assim resumido:

(...) a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam “saberes práticos” mas em moldes que asseguram a *sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da “prática” desta. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, não falando dos “profissionais da ideologia” (Marx), devem estar de uma maneira ou de outra “penetrados” desta ideologia, para desempenharem “conscienciosamente” a sua tarefa - quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus “funcionários”), etc... (ALTHUSSER, 1980, P. 22).

A forma como cada indivíduo ocupa uma (ou várias) posição(ões) nessa estrutura que trata de replicar e manter as condições de produção se dá, para o filósofo francês, por certa distribuição de lugares que se organizam a partir da divisão técnica e social do trabalho. Tais lugares equivaleriam, segundo Althusser (1996), a “funções-suporte” que devem ser assumidas e executadas em benefício da preservação do modo pelo qual a formação social se organiza.

Para a estrutura, encarregada de definir essas funções, é indiferente quem, de fato, virá a ocupá-las, ainda que esse investimento dos indivíduos nas funções-suporte com as quais a estrutura social se mantém seja um componente essencial da engrenagem movimentada pelos Aparelhos de Estado. Cabe, portanto, à ideologia o indispensável papel de “designar o sujeito (em geral) que deve ocupar essa função, e para isso deve interpelá-lo como sujeito, proporcionando-lhe as razões-de-sujeito para assumir essa função” (ALTHUSSER, 1996, p. 118, tradução nossa).

Faz-se notar, assim, uma propriedade especial da ideologia que devemos agora destacar. Não apenas porque é indispensável à compreensão de sua existência, mas também porque explicita a relação que é aqui de nosso interesse: a relação que associa a instituição àqueles que, de forma inconsciente, se mantêm continuamente sob sua supervisão. Tal propriedade consiste essencialmente no fato de que a ideologia existe

apenas pelo sujeito e para sujeitos (ALTHUSSER, 1980, p. 93). Disso, segue-se que

a categoria de sujeito (que pode funcionar sob outras denominações: por exemplo em Platão, a alma, Deus, etc.) é categoria constitutiva de toda ideologia, seja qual for a determinação desta (regional ou de classe) e seja qual for a sua data histórica (...). (ALTHUSSER, 1980, p. 93-94).

Toda ideologia exerce, portanto, um papel fundante para o sujeito, na medida em que “tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1980, p. 94). Para, então, recrutar os sujeitos ideológicos – para efetivamente instaurá-los, na medida em que os recruta – a ideologia interpela o indivíduo oferecendo-lhe razões-de-sujeito para assumir a função-suporte previamente definida pela estrutura social (ALTHUSSER, 1996).

Para se constituir em sujeito interpelado, o indivíduo deve, todavia, reconhecer-se como sujeito no discurso ideológico (ALTHUSSER, 1996). É nesse ato de reconhecimento que o sujeito finalmente se instaura enquanto efeito de um fundamento que lhe exterior e a partir do qual é induzido. Nesse sentido, ao explicar o mecanismo da interpelação, Althusser (1996) propõe que o indivíduo, na medida em que fala, é informado pelo discurso ideológico, que nele produz um efeito de sujeito, isto é, um sujeito como efeito desse discurso cujo funcionamento sobre ele exerce alguma forma de domínio.

Sob esse aspecto, pode-se mesmo dizer que o sujeito ideológico não é a origem daquilo que diz. Constituindo-se como efeito do discurso ideológico, ele é um sujeito que se instaura apenas porque enuncia o que a ideologia lhe instrui a dizer, instaura-se precisamente por enunciá-lo. E se o indivíduo se reconhece enquanto sujeito do discurso ideológico, desconhece, por outro lado, que não é ele mesmo a origem dos sentidos que produz.

Eis aí o espaço de articulação entre a ideologia (ou o discurso ideológico) e a dimensão inconsciente. Enquanto o indivíduo se reconhece como aquele que é interpelado pela ideologia, passando, desde então, a funcionar como sujeito ideológico, permanece sob seu desconhecimento, porém, o processo pelo qual o mecanismo de interpelação acontece, isto é, o procedimento por meio do qual a ideologia o convoca para agir em seu favor, assegurando, desse modo, a reprodução das condições de produção. Para indicar a circunstância desse desconhecimento, Althusser avança no diálogo com a psicanálise:

(...) a *função-sujeito* que constitui o efeito próprio do discurso ideológico, produz ou induz um efeito próprio, que é o efeito-inconsciente, ou o efeito *sujeito-do-inconsciente*, isto é, a estrutura própria que permite o discurso do inconsciente. Essa última função permite assegurar a função sujeito no desconhecimento. (ALTHUSSER, 1996, p. 119, tradução nossa).

Com isso, deduzimos que o sujeito ideológico, em sua função, que é desconhecida para o indivíduo que dela se incumbe, funciona de modo articulado a um sujeito-do-inconsciente cuja atividade guarda estreita relação com o discurso ideológico. Talvez

possamos supor que esse sujeito-do-inconsciente, constituído como efeito da ideologia, responde a uma camada especial do psiquismo – ao *ideal do eu*, talvez, gradação situada pela psicanálise entre o *ego* e o *id* na qual um conjunto de injunções e proibições se conservam sob a forma de “consciência” ou censura moral. Tendo sua origem fora do indivíduo, os imperativos dessa instância psíquica são instalados em seu interior por uma manobra que consiste na substituição de catexias objetais por identificações (FREUD, 1948).

Dadas, assim, as condições de existência desse sujeito-do-inconsciente, e supondo que ele corresponde a um nível psíquico que provisoriamente associaremos ao ideal do ego, cujas exigências são introjetadas desde o exterior da cultura e durante a história do desenvolvimento individual, ressaltamos que essa camada do psiquismo, tendo surgido como efeito das prescrições culturais que afetam cada indivíduo, deve constituir-se como realidade de caráter discursivo.

Para melhor esclarecer a associação que agora sugerimos entre o sujeito-do-inconsciente (ao qual equiparamos o ideal do ego) e a realidade e o funcionamento do discurso, postularemos que, por se constituir como um sistema complexo de codificações, o conjunto da cultura põe sua maquinaria em movimento mormente pelo exercício da linguagem. É, portanto, pela via do discurso que analisaremos o processo de assujeitamento desse sujeito que se constitui na e pela enunciação, como espécie de porta-voz das instituições que são, para ele, a matriz dos sentidos que a ideologia oferece e produz.

Na seção seguinte, abordaremos a leitura pecheutiana do processo de interpelação ideológica sugerido por Althusser e introduziremos o esquema de Mara Golzman, que explica o funcionamento do discurso a partir da articulação necessária entre as instâncias de formação e formulação. Com esse último passo, concluiremos nosso exame das possibilidades de aproveitamento do marxismo althusseriano para a investigação do processo de assujeitamento que é constitutivo da relação existente entre indivíduo e instituição.

## 5 | DO TRABALHO DE ANÁLISE DA SUJEIÇÃO IDEOLÓGICA

Já recuperamos, nas seções anteriores, o entendimento althusseriano de que a ideologia atua em favor da reprodução das condições de produção numa formação social dada. A essa tese, acrescentaremos agora alguns desenvolvimentos realizados pelo filósofo e linguística Michel Pêcheux, que, retomando a reflexão teórica de Althusser, procura situá-la no campo da linguística e da filosofia da linguagem, amparando-se ainda nas psicanálises de Freud e Lacan. Ao final, comentaremos a reflexão de Mara Glzman sobre o funcionamento articulado do que chamou de instâncias de formação e de formulação, a partir do que foi possível para a autora recolocar em outros termos o problema da interpelação ideológica.

Refletindo, a partir da filosofia da linguagem, sobre o processo de interpelação por meio do qual se produz o sujeito ideológico, Michel Pêcheux apresenta a ideologia e seu funcionamento como sendo aquilo que fornece as evidências “que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascara, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Desde aí, o autor construirá uma articulação que coloca a ideologia e o discurso em relação inextricável. Vejamos como essa associação se constitui no excerto abaixo, em o que autor a descreve de forma especialmente condensada.

(...) o *sentido* de uma palavra, expressão, proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentados por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* (...) nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sobre a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Desse ponto de vista, torna-se possível ao autor colocar o problema da interpelação ideológica em termos de uma relação de dominação entre o indivíduo e a formação discursiva que o assujeita. Essa transferência da ideologia para o discurso na tarefa da interpelação é justificada na reflexão de Pêcheux (1995, p. 160) com base no entendimento de que as formações discursivas “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes”. Em consequência dessa substituição, as formações discursivas tomam para si a função de prover o sujeito com os sentidos que deve utilizar para se comunicar. O funcionamento de cada uma delas, porém, depende da posição que ocupam no conjunto das formações discursivas existentes numa dada conjuntura, já que todas têm seu funcionamento definido pelas relações que estabelecem com as demais no interior da formação social em que operam. A essa totalidade das formações discursivas existentes e inter-relacionadas nos limites de uma formação social, Pêcheux (1995) chamou *interdiscurso*. Da relação entre o sujeito e o interdiscurso, finalmente, tornou-se possível dizer que

a interpelação dos indivíduos em sujeitos (...) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas - experimentadas. (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

Desse modo, a interpelação ideológica impõe ao indivíduo uma realidade e seu sentido na forma de um “sempre-já-aí” (PÊCHEUX, 1995, p. 164), um já dito – embora nos esqueçamos quem o tenha enunciado – ao qual se associa, por sua condição de anterioridade, um sentimento de evidência. Essa marca, no enunciado, de um discurso que lhe é anterior corresponde, na linguagem de Pêcheux, à categoria do *pré-construído*. Constituindo-se no interdiscurso e sendo, portanto, exterior ao sujeito da enunciação, o pré-construído será ulteriormente encadeado

no eixo do que Pêcheux designa como *intradiscurso*, isto é, “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo *agora*, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto de fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (OLIVEIRA, 2020, p. 289).

O encadeamento que se realiza no intradiscurso, isto é, os movimentos que uma enunciação faz em relação a si própria, é, portanto, condicionado pelo interdiscurso, que, ao sujeito da enunciação, disponibiliza os objetos dos quais a enunciação se apropria (COURTINE, 1981/2020).

## 6 | A SUJEIÇÃO IDEOLÓGICA SEGUNDO MARA GLOZMAN

Tendo sido apresentados os aspectos do trabalho pecheutiano que são pertinentes ao nosso objetivo de pesquisa, veremos agora como a professora Mara Gluzman (2020), do Instituto de Linguística da Universidade de Buenos Aires, retoma o problema da interpelação ideológica a partir de certo entendimento de discurso que o apresenta como funcionamento articulado entre as instâncias do interdiscurso e do intradiscurso. Com os comentários da autora, nos será possível explorar o interesse do marxismo althusseriano – em especial, de seu reflexo no trabalho teórico de Michel Pêcheux – para o avanço na compreensão da condição de assujeitamento do indivíduo em relação as instituições.

Indicamos abaixo o modo por meio da qual a autora descreve o discurso como um efeito que resulta da articulação entre duas instâncias. Esses domínios, que correspondem a registros ou “zonas” discursivas distintas, são referidas por Gluzman como *instância de formação* e *instância de formulação*.

A principal tese pecheutiana reside, em nosso entendimento, na postulação da categoria do interdiscurso, especificamente, no trabalho sobre a categoria do discurso como efeito de uma relação. Tal tese consiste em distinguir dois tipos de registros ou instâncias que organizam o que chamamos de ‘discurso’. Detemo-nos, sobretudo, na distinção entre os processos de formação dos discursos e suas instâncias de formulação (ver Aguilar et al. 2014). Tomando como ponto de partida as releituras de LVE [*Las verdades evidentes*] que realizam Authier-Revuz (1984) e Orlandi (2001), essa distinção sugere que, cada vez que se formula ou se enuncia um discurso - que, de forma simplificada, poderia ser situado em determinadas condições específicas que remetem a certo lugar e tempo, a certos nomes e instituições, a certas formas genéricas

–, inscrevem-se em sua trama significados, frases, tons, modos de dizer que têm sua origem e seu processo de formação em outra instância discursiva, anterior, exterior. Cada “novo” discurso reúne, assim, constitutivamente, elementos significantes e sentidos que provêm de processos heterogêneos de formação. E, postula-se, isso acontece além da vontade de quem formula ou enuncia. Isso significa que os processos materiais de formação dos elementos do discurso ocorrem com relativa autonomia no que diz respeito à intenção de algo como o falante, e no que diz respeito à configuração de algo como o sujeito da enunciação. (GLOZMAN, 2020, p. 127, tradução nossa).

Glozman divide, portanto, o discurso em dois diferentes níveis. Inicialmente, a autora acompanha a terminologia pecheutiana, indicando-os como (i) o interdiscurso, que “remete, precisamente, a esse exterior constitutivo, cujos efeitos deixam traço em cada nova formulação, isto é, na trama daquilo que chamamos intradiscurso” (GLOZMAN, 2020, p. 127, tradução nossa); e (ii) o intradiscurso, que “pode ser como a zona discursiva em que são possíveis a retórica e a argumentação, a formulação e a reformulação, o debate, a configuração de um certo discurso do sujeito” (GLOZMAN, 2020, p. 127, tradução nossa). Recolocando a questão em outro registro terminológico, porém, a autora propõe a seguinte divisão:

Postular a noção de interdiscurso implica, portanto, a distinção entre uma instância de formação, que determina o que pode e deve ser dito, e uma instância de formulação suscetível - sobredeterminada - de jogo e movimento retórico-argumentativo (GLOZMAN, 2020, p. 127, tradução nossa).

Nesse quadro, em que o discurso se organiza em dois momentos subsequentes – primeiro, se forma, depois, se reformula –, talvez devamos supor a existência de um intervalo, mais lógico do que histórico, a separar, de um lado, o complexo institucional articulado no interior de uma formação social e, de outro, os sujeitos do discurso, cuja existência é efeito do funcionamento desse mesmo complexo. A esse respeito, Glozman (2020) recupera a noção de *décalage* na teoria pecheutiana, situando-a como uma defasagem entre as duas “zonas” que, segundo propõe, constituem a ordem do discurso. Essa diferença entre os níveis pode ser compreendida, segundo a autora, como uma espécie de hiato no tempo a separá-los. O que nos interessa, todavia, é reter a sequência lógica que ordena os processos de formação e formulação, bem como o grau de assujeitamento em que o indivíduo se mantém na sua relação com as instituições. Se para ele é possível dizer apenas o que, de antemão, pertence ao campo do enunciável, isto é, se o indivíduo somente dispõe dos pré-construídos antes preparados na instância de formação, por outro lado, conta com uma autonomia relativa que lhe autoriza certo grau de manejo desse material disponibilizado. Eis como a possibilidade de ação do sujeito do discurso é especificada no trabalho de Mara Glozman (2020, p. 127):

(...) se há um sujeito do discurso suscetível de lidar com escolhas, com a seleção de certas formas de dizer, e não outras, de suscitar discussões e debates e afiliações para suas palavras, esse sujeito se move com suas

De outra parte, enquanto empreende sua autonomia na gestão do próprio processo enunciativo – e talvez precisamente porque se sinta capaz de fazê-lo – o sujeito se torna ao mesmo tempo vítima de um esquecimento ideológico, pensando ser ele mesmo a origem dos sentidos das palavras que enuncia. Constituindo-se desde uma contradição entre sua condição assujeitada e seu funcionamento autônomo, o efeito-sujeito da ideologia se produz na forma da ilusão de uma instância livre e autodeterminada. Sua dependência em relação ao interdiscurso, que por ele é ignorada, está encoberta pela liberdade que possui para combinar objetos na zona do intradiscurso. Mesmo não tendo dificuldade em atestar a soberania de suas escolhas, não é capaz de se dar conta de que os objetos escolhidos se apresentam sempre como previamente definidos. Essa incongruência constitutiva do sujeito é descrita por Pêcheux com apoio na psicanálise.

Ao dizer que o *EGO* (...) não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sobre *a forma da autonomia*, (...) estamos, simplesmente, retomando a designação que Lacan e Althusser, cada um a seu modo, deram (...) do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como interior sem exterior, e isso pela determinação do real (exterior), e especificamente – acrescentaremos – do interdiscurso como real (exterior). (PÊCHEUX, 1995, p. 163).

Estamos agora em melhores condições de sintetizar alguns aspectos que descrevem o efeito-sujeito da ideologia a partir de sua relação com o complexo institucional das sociedades nas quais estão inseridos.

Começamos nossa investigação nesta seção evocando o processo de interpelação ideológica, por meio do qual se estabelecem os vínculos existentes entre o indivíduo e as atividades institucionais que sobre ele atuam. Comentamos também a posição de Pêcheux, segundo a qual a ideologia fornece ao indivíduo as evidências de sentido com as quais ele se torna capaz de formular enunciações. A isso acrescentamos a suposição de Mara Glzman no sentido de que o discurso se organiza em dois níveis separados por um intervalo lógico, uma instância de formação e outra de formulação. Na primeira delas, encontram-se os complexos institucionais que compõem as formações sociais e que funcionam em nome da continuidade de sua estrutura. Essa zona discursiva, que, na linguagem pecheutiana, equivale ao interdiscurso, constitui a matriz de sentido a partir da qual se torna possível ao indivíduo dizer alguma coisa. A segunda instância corresponde ao espaço da relação do sujeito do discurso com os objetos que para ele são oferecidos pelas instituições. Nesse nível, dispõe o sujeito de uma autonomia relativa com a qual se torna capaz de oferecer um arranjo particular ao que lhe é previamente disponibilizado pela instância de formação. É também o espaço do intradiscurso.

Por efeito da ideologia, entretanto, a condição de assujeitamento do indivíduo à instância de formação fica encoberta, pelo que o sujeito do discurso se constitui por um

apagamento de sua dependência em relação ao complexo institucional que sobre ele exerce sua força reguladora.

Finalmente, em razão do desconhecimento que caracteriza a relação do sujeito do discurso com a instância de formação que o constitui, levantamos a hipótese de uma camada psíquica reservada ao funcionamento desse inconsciente ideológico, o que provisoriamente associamos ao ideal do ego descrito pela psicanálise.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste empreendimento teórico que, com esta seção, concluímos, exploramos a possibilidade de um aproveitamento do marxismo althusseriano – especialmente de seus desenvolvimentos na filosofia da linguagem – para uma abordagem do processo pelo qual as instituições exercem sobre os indivíduos seus efeitos reguladores. Em nosso percurso, identificamos a possibilidade de uma contribuição dos estudos althusserianos para o institucionalismo na equivalência que estabelecem entre as instituições e os Aparelhos de Estado. A partir daí, localizamos uma possível convergência entres os referidos campos relativa ao efeito de subjetividade que as instituições exercem sobre os que têm sua atividade por elas regulada. Pudemos notar, além disso, que o desconhecimento do processo por meio do qual se instaura algo como uma “subjetividade institucional” é um aspecto que integra a uma só vez os raciocínios institucionalista e althusseriano. Em ambos os casos, a psicanálise serve como apoio para o exame da atividade inconsciente desse mecanismo.

Para avançar com a investigação, introduzimos a noção de discurso com base na suposição de que a produção institucional da subjetividade é um fenômeno cuja origem se dá fora do indivíduo, atingindo-o ulteriormente por meio da linguagem. Nessa direção, evocamos a suposição de Glzman de que o discurso se organiza a partir de dois níveis distintos, uma instância de formação, que corresponde ao complexo institucional em atividade numa formação social dada, e a instância de formulação, espaço da relação entre o indivíduo e os objetos a ele disponibilizados pelo complexo institucional.

A articulação de ambas as instâncias e o intervalo lógico que as separa parece apresentar-se como dimensão estratégica de análise da produção institucional da subjetividade, o que possivelmente envolveria, de um lado, uma análise sócio-histórico-discursiva do complexo institucional que determina o sujeito da enunciação, e, de outro, um exame dos mecanismos inconscientes por meio dos quais a função institucional que o indivíduo cumpre sem saber permanece para ele como desconhecida.

Finalmente, é importante assinalar que não é possível convocar o instrumental teórico althusseriano sem, ao mesmo tempo, mobilizar toda sua base epistemológica, que, na colaboração aqui proposta, vem, de certo modo, chocar-se com o quadro do sociologismo institucionalista. Querendo-se evitar semelhante hibridismo, que poderia eventualmente trazer obstáculos ao trabalho teórico, talvez seja o caso de se promover uma secção nos

estudos althusserianos sobre a ideologia, de modo a descolar o mecanismo de interpelação ideológica do pano de fundo do materialismo histórico.

Uma separação como essa vem sendo experimentada com considerável êxito nas tendências francesas da análise do discurso pelo linguista Dominique Maingueneau (2008), que, ao postular noções como universo discursivo, interdiscurso ou posição enunciativa, retoma, em boa medida, a perspectiva peuceutiana, sem, no entanto, introduzir a reboque certas pressuposições marxistas, como, por exemplo, o entendimento de que o discurso, representando as formações ideológicas na linguagem, serviria à reprodução das condições de produção em uma formação social dada.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3ª ed. Lisboa: Ediotrial Presença / Martins Fontes, 1980.

ALTHUSSER, L. Tres notas sobre la teoría de los discursos, 1966. In: **Escritos sobre psicoanálisis: Freud y Lacan**. Distrito Federal: Siglo Veintiuno Editores, 1996.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

COURTINE, J.-J. O conceito de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 58–87. (Originalmente publicado em 1981).

DE FARIAS, J. G. A. Étienne Balibar e Louis Althusser: estado e ideologia. **Revista Pensata**, v. 8, n. 1, p. Não paginado, 2019.

FREUD, S. **Obras completas - Volumen I**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1948.

FREUD, S. **O futuro de uma ilusão**. Porto Alegre: L&PM, 2010. *E-book*.

GUATTARI, F. **Psicoanálisis y transversalidad**. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores SA, 1976.

GLOZMAN, M. ( Re ) leer Pécheux hoy . El problema del décalage en la teoría materialista del discurso. **Revista Digital de Ideas Políticas**, n. 12, p. 117–133, 2020.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MONCEAU, G. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 19–26, 2008.

OLIVEIRA, G. F. A enunciação em Michel Pêcheux: uma questão inquietante. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, v. 15, n. 3, p. 267–296, 2020.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 18–25, 2005.

PÊCHEUX, M. A forma-sujeito do discurso. In: **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. p. 159–185.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise institucional 1, 2, 3, 4, 18

Antirracismo 46

### C

Criticidade 31, 43

### D

Descolonização curricular 46

### E

Educação 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 37, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Educação das relações étnico-raciais 46

Estetização 20, 21, 24, 27, 28

Eurocentrismo 46, 49, 55, 56

### F

Filosofia 1, 3, 12, 13, 17, 20, 31, 32, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Filosofia da educação 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55

Foucault 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 44

### I

Institucionalismo 1, 3, 4, 6, 8, 9, 17

### L

Literatura 31, 33

### M

Marxismo 1, 2, 3, 4, 6, 8, 12, 14, 17

### P

Psicanálise 1, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 16, 17

### S

Subjetivação 20, 21, 23, 24, 27, 28, 57

Reflexões sobre  
**a filosofia**  
e seu ensino

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Reflexões sobre  
**a filosofia**  
e seu ensino

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)